

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Angra 3 deve ser concluída por empresa especializada	2
Título: Segunda maior deflação do real pressiona juros.....	3
Título: Batalha Naval do Riachuelo, 155 anos de um legado	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Governo desiste de sócio privado para Angra 3 e aprova relicitação de Viracopos.....	6
Título: Com gasolina em baixa, inflação é pior para mais pobres.....	7
Título: Tomada	8
Título: Brasil registra deflação, e IPCA atinge o menor nível desde os anos 1980	8
VEÍCULO: O Globo	10
Título: Maio tem deflação de 0,38%, a maior em 22 anos	10
Título: Alerj aprova alíquota de 3% de ICMS para importações no setor de óleo e gás.....	11

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/06/2020****Seção: Economia****Autor: Anne Warth Amanda Pupo / BRASÍLIA****Título: Angra 3 deve ser concluída por empresa especializada**

A conclusão das obras da usina de Angra 3 poderá ser feita com a contratação de uma empresa com expertise em energia nuclear, escolhida por meio de licitação. O modelo, proposto pelo BNDES, foi aprovado ontem em reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), colegiado formado por ministérios e bancos públicos, além da Presidência da República. O relatório, segundo o **Ministério de Minas e Energia**, recomenda, além da contratação de uma empresa especializada, a segregação do risco de construção e financiamento, “de forma que os riscos não recaiam sobre um mesmo agente”.

O documento recomenda o equacionamento das principais dívidas relacionadas a Angra 3 e a construção de garantias robustas para assegurar o financiamento. Ainda segundo o MME, o relatório possibilita a entrada de um novo sócio na Eletronuclear, “o que não é condição mandatória, mas pode ser opção de caráter estratégico da companhia”. A próxima etapa do projeto, segundo o MME, é a contratação pelo BNDES de consultorias especializadas que definirão o valor do custo de finalização de Angra 3, estimado em R\$ 16 bilhões. A secretária especial do PPI, Martha Seillier, admitiu que não há como estimar um valor exato neste momento.

Projeto do período militar, Angra 3 começou a ser erguida em 1984. Suas obras prosseguiram até 1986, mas depois ficariam paralisadas por 25 anos, até serem retomadas em 2009 pelo ex-presidente Lula. O empreendimento travaria novamente em 2015, por causa de denúncias da Lava Jato. Hoje, o Brasil tem duas usinas nucleares, Angra 1 e 2, que respondem por apenas 1,3% da energia total que é produzida no País.

A usina já consumiu ao menos R\$ 8 bilhões dos cofres públicos. Por outro lado, desistir de Angra 3 também teria um custo: seriam gastos R\$ 12 bilhões para quitar empréstimos bilionários e desmontar a estrutura. Quando concluída, Angra 3 terá capacidade de 1,4 mil megawatts (MW). A Hidrelétrica de Teles Pires, por exemplo, tem potência de 1.820 MW e custou R\$ 3,9 bilhões. Com o custo total de Angra 3 seria possível construir seis hidrelétricas de Teles Pires, com uma geração total de 10.920 MW.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/06/2020****Seção: Economia****Autor: Daniela Amorim / RIO Cícero Cotrim Thaís Barcellos / SÃO PAULO****Título: Segunda maior deflação do real pressiona juros**

IBGE mostra taxa negativa de 0,38% em maio, após outro resultado negativo de 0,31% em abril; sequência pode derrubar Selic a 2,25%

Em meio à pandemia do novo coronavírus, os preços da economia voltaram a recuar pelo segundo mês consecutivo. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saiu de uma deflação de 0,31% em abril para uma queda de 0,38% em maio, o menor resultado em mais de duas décadas, informou o IBGE. “Essa é a segunda maior deflação do Plano Real”, ressaltou Pedro Kislakov, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE. Com um cenário inflacionário tão comportado, o Itaú Unibanco espera que o Banco Central (BC) corte em 0,75 ponto porcentual a taxa básica de juros, a Selic, na reunião de junho, para 2,25% ao ano até o fim de 2020. “A inflação não é um risco para a política monetária, olhando esse cenário benigno para 2020 e a propagação para 2021”, resumiu a economista Julia Passabom, do Itaú Unibanco. A queda nos preços dos combustíveis e das passagens aéreas puxou a deflação em maio, mas as famílias também gastaram menos com habitação, vestuário, saúde e despesas pessoais.

Os alimentos subiram menos, embora os preços ainda persistam em patamar elevado. Cenoura e frutas ficaram mais baratas, enquanto cebola, batata-inglesa, feijão carioca e carnes pesaram mais no orçamento. “O nível de preços continua alto, e ficou um pouquinho mais alto. Essa demanda elevada também ajuda a segurar os preços lá em cima”, lembrou Pedro Kislakov, gerente do IPCA do IBGE. A taxa acumulada pelo IPCA em 12 meses desacelerou de 2,40% em abril para 1,88% em maio, ante uma meta de 4% perseguida pelo BC ao fim deste ano. O resultado de maio foi o mais baixo desde janeiro de 1999, quando a taxa em 12 meses estava em 1,65%. “De uma maneira geral, a deflação em maio e abril mostrou a pressão da recessão causada pelas medidas de distanciamento social nos preços de serviços e produtos. Mas, como parece que abril foi o fundo do poço para a atividade, já trabalhamos com expectativa de uma taxa positiva em junho (no IPCA do mês)”, afirmou o economista sênior do Banco MUFG Brasil, Carlos Pedroso.

Para Kislakov, os últimos reajustes dos combustíveis nas refinarias e a flexibilização das medidas de isolamento social podem pressionar a inflação em junho. “Em relação ao isolamento social, a gente tem de aguardar para ver, pode ser que haja maior movimentação na economia e que possa se refletir nos

preços de serviços”, disse. De janeiro a maio, os combustíveis contribuíram para conter o IPCA. A gasolina acumulou uma queda de preços de 14,64% nos cinco primeiros meses do ano de 2020. O etanol recuou 18,14% no período, enquanto o óleo diesel diminuiu 14,43%. O economista Vitor Vidal, da corretora XP Investimentos, acredita que a alta dos preços de petróleo puxada pela retomada econômica no mundo, e, em consequência da gasolina, é o maior risco de pressão sobre a inflação neste ano. No entanto, ele avalia que essa recuperação da economia ainda deve ser lenta, mantendo os preços em níveis bastante baixos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/06/2020

Seção: Espaço Aberto

Autor: Ilques Barbosa Junior

Título: Batalha Naval do Riachuelo, 155 anos de um legado

A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) deixou um legado de união, solidariedade e superação aos brasileiros, com plena mobilização da nossa sociedade e emprego das Forças Armadas na defesa dos interesses nacionais e, sobretudo, de contribuição para a paz com os países sul-americanos.

Na campanha naval, enfrentamos uma Marinha preparada para o ambiente fluvial, com vantagens no apoio logístico e de fogo de terra. A Batalha Naval do Riachuelo, evento decisivo, ocorrida em 11 de junho de 1865, foi marcada pela bravura de marinheiros e fuzileiros navais que, incentivados pelos célebres sinais de Barroso – “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever” e “Sustentar o fogo, que a vitória é nossa” –, superaram adversidades de toda ordem, muitos deixando sua vida em combate. Por conta desse episódio, em 11 de junho celebramos a Data Magna da Marinha.

Com o legado de Riachuelo, a Marinha do Brasil vem crescendo e se desenvolvendo ao longo do tempo e das gerações. Estamos presentes na Amazônia Azul, conceito político- estratégico que envolve 22 mil km de vias fluviais e 5,7 milhões km² de águas oceânicas sob jurisdição brasileira.

Uma imensa área com riquezas e potencialidades contempladas nas vertentes da soberania, econômica, científica e ambiental, de onde mais de 90% do petróleo e gás são extraídos e em que trafega quase a totalidade do nosso comércio exterior. Importantes projetos de pesquisa sobre biodiversidade, biotecnologia, energia alternativa, recursos vivos e minerais coexistem com 920 mil km² de áreas marítimas sob proteção ambiental, marca do desenvolvimento sustentável que caracteriza o Brasil como um dos líderes mundiais em iniciativas para a preservação dos oceanos.

Integrada a diversos setores da sociedade e suas respectivas instituições, a Marinha do Brasil atua nas quatro vertentes da Amazônia Azul, em conformidade com suas atribuições constitucionais e legais: defender a Pátria, salvaguardar a vida humana no mar, promover a segurança da navegação, combater a poluição, a pirataria e a pesca ilegal, preservar o meio ambiente e contribuir para fortalecer a presença do Estado, levando assistência de saúde e social a lugares longínquos do Pantanal e da Amazônia. Ações que contribuem para o desenvolvimento nacional e, juntamente com as demais Forças Armadas e outras instituições, se contrapõem a ameaças à soberania nacional derivadas de iniciativas contrárias aos nossos interesses ou, ainda, de atividades ilícitas e predatórias ou de desastres naturais.

A participação no Programa Antártico Brasileiro, com apoio logístico e operacional, calcados numa gestão interministerial coordenada pela Autoridade Marítima, garante a participação estratégica do Brasil nas discussões sobre o presente e o futuro do continente gelado, além de contribuir com pesquisas científicas relevantes para o País e o planeta.

A Marinha busca constante desenvolvimento da capacidade operacional, por meio de programas estratégicos: o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, com destaque para o desenvolvimento de submarinos e de fragatas Tamandaré; o Programa de Recuperação da Capacidade Operacional Plena para os meios operativos; o Programa de Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico; o Desenvolvimento da Mentalidade Marítima, destacando a integração de setores e atividades que fomentam a Economia Azul; o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, que visa a monitorar e controlar, integradamente, as Águas Jurisdicionais Brasileiras e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de socorro e salvamento.

O momento atual envolve nova dimensão e imensos desafios, demandando quebra de paradigmas de atuação, tanto no cenário político-estratégico internacional como nacional. Desde o início da pandemia do coronavírus, com serenidade e firmeza a Marinha atua sob diretrizes do Ministério da Defesa, coordenada com as demais Forças Armadas, em consonância com autoridades federais, estaduais e municipais, em amplitude de ações que abrangem apoio à saúde, desinfecção de áreas públicas, doação de alimentos e de sangue, transporte logístico e confecção de refeições, dentre outros, sintonizada no esforço nacional. Uma nova guerra que tira a vida de bravos brasileiros e deixa graves efeitos, nas esferas econômica, sanitária e social.

Neste 11 junho, as cerimônias militares dão lugar à continuação do combate. Marinheiros e fuzileiros, homens e mulheres da Marinha saúdam seus concidadãos com o espírito fomentado pelo almirante Barroso, guarda-marinha João Guilherme Greenhalgh e imperial marinheiro Marcílio Dias, com trabalho

diuturno e dedicação no cumprimento da missão. Tormentas sempre passam, seguiremos navegando com proa firme. Vamos sustentar o fogo, pois a vitória será nossa, de todos os brasileiros. E a Marinha, como ontem, hoje e sempre, consoante com a convicção de que no mar se encontram as bases da sobrevivência e prosperidade do País, mantém no passadiço o listel “tudo pela Pátria!”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/06/2020

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Governo desiste de sócio privado para Angra 3 e aprova relicitação de Viracopos

Brasília - O governo Jair Bolsonaro desistiu de buscar um sócio privado para a conclusão da usina nuclear de Angra 3. O Ministério da Economia informou que o término das obras deve ser feito por meio da contratação de uma empresa pela estatal Eletronuclear.

Reunião do conselho do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) também aprovou a relicitação do aeroporto de Viracopos, em Campinas. A concessionária ABV, que administra o terminal, passa por forte crise.

A usina de Angra 3 foi incluída no PPI em julho do ano passado. O objetivo do governo era encontrar um parceiro no setor privado, que teria participação de até 49% no empreendimento. A União continuaria sendo majoritária no negócio por possuir monopólio da exploração nuclear.

A ideia era que esse parceiro contribuísse com os recursos para a conclusão da usina, obra parada em 2015 após descoberta de corrupção pela Operação Lava Jato.

Segundo a secretária especial de PPI, Martha Seillier, o governo fez sondagens no mercado e não houve apetite para que seja firmada uma sociedade com o governo. Segundo ela, o empreendimento precisa respeitar regras direcionadas a estatais, o que criou resistência entre investidores.

Estudos feitos pelo governo em 2019 mostravam que Angra 3 exigiria investimentos de US\$ 3,8 bilhões para ser concluída até 2026.

Com o novo modelo agora colocado à mesa, a finalização da obra pode ser dificultada. Membros do governo reconhecem que as empresas públicas estão com dificuldades em fazer investimentos.

Essa restrição financeira é um dos motivos apresentados pela equipe econômica

para tentar se desfazer do controle acionário da Eletrobras, controladora da Eletronuclear.

A secretária afirmou que a privatização da estatal de energia segue como prioridade do governo. Segundo ela, a expectativa é que a capitalização e a perda de controle da União, ocorra em 2021.

Em relação ao aeroporto de Viracopos, o governo informou que iniciará estudos para a relicitação e que o novo leilão deve ser no final de 2021.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/06/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Com gasolina em baixa, inflação é pior para mais pobres

Rio de Janeiro - O preço dos alimentos segue pressionando o bolso principalmente das famílias mais pobres, que foram mais atingidas pelo desemprego e perda de renda após o início da pandemia.

Segundo o IBGE, o preço dos alimentos acumula alta de 3,70% no ano, enquanto o IPCA caiu 0,16%. Os produtos da cesta básica continuam subindo acima da inflação geral.

O cenário mostra que os indicadores de inflação também vêm sendo distorcidos pela mudança radical no perfil da atividade econômica brasileira após o início da pandemia.

No caso da inflação, os resultados foram puxados para baixo pela queda do preço dos combustíveis, que têm grande peso nos indicadores e responderam ao recuo da cotação internacional do petróleo após o início da pandemia.

Em maio, o grupo Transportes recuou 1,9% puxando o IPCA para deflação de 0,38%, a maior para o mês desde 1980.

Já os preços dos alimentos subiram 0,24% no mês, puxados pela alimentação em domicílio, que se tomou rotina para mais famílias após a quarentena e ficou 0,33% mais cara. São indicadores menores do que em abril, de 1,79% e 2,24%, respectivamente.

Em 12 meses, o IPCA acumula alta de 1,88%, e os alimentos sobem 6,48%. O cenário é especialmente danoso para a população de baixa renda, que destina 22% de seu orçamento para comprar comida, enquanto os transportes absorvem outros 9,4%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 11/06/2020**Seção:** Colunas**Autor:** Joana Cunha**Título:** Tomada**PAINEL S.A**

A BNDESPar, braço de participações do BNDES, acaba de concluir o processo seletivo de um assessor financeiro para vender participação na AES Tietê Energia. O escolhido foi BR Partners Banco de Investimento. Deve haver ao menos quatro interessados, segundo estimativas de quem acompanha o caso na estatal. A medida acontece após a tentativa da Eneva, que fez uma oferta hostil de fusão em março, mas a proposta foi rejeitada pelo conselho da empresa em abril.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 11/06/2020**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Brasil registra deflação, e IPCA atinge o menor nível desde os anos 1980

Sob efeito da pandemia, resultado de maio tem diminuição da pressão dos preços dos alimentos e forte recuo nos combustíveis

Rio de Janeiro - Com menor pressão dos preços dos alimentos e forte recuo nos combustíveis, o Brasil teve deflação de 0,38% em maio, o resultado mais baixo para o mês desde que a inflação começou a ser calculada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1980.

No ano, o país tem deflação de 0,16%. No acumulado de 12 meses, o índice é de 1,88%, bem abaixo do piso da meta estabelecida pelo governo para 2020 — 4%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Em abril, o índice já havia apresentado forte deflação, de 0,31%, nível só visto em 1998. Naquele mês, porém, os preços dos alimentos ainda pressionavam a inflação, diante da maior demanda de produtos após o início da pandemia.

Com as restrições à circulação de pessoas, a inflação dos alimentos para consumo em domicílio disparou em março e abril, quando bateu 2,24%. Em maio, a variação desses produtos caiu para 0,33%.

A inflação do grupo Alimentação e Bebidas, que havia avançado 1,79% em abril, recuou para 0,24% em maio.

Ainda assim, os alimentos continuam o principal fator de pressão inflacionária. No ano, acumulam alta de 3,70%. Em 12 meses, a inflação acumulada chega a 6,84%, bem acima do IPCA do período.

O cenário levou a uma mudança nos pesos dos produtos para a composição da inflação, com os alimentos passando a ter maior relevância do que os transportes, que eram o principal gasto das famílias no início do ano.

Em 2020, o custo com transportes caiu 5,2%, puxado por combustíveis e passagens aéreas, que caíram 27,14% no mês. Principal influência no IPCA, o preço da gasolina teve queda de 4,35%. No ano, o preço do produto já caiu 14,64%. Em maio, o diesel caiu 6,44% e o etanol recuou 5,96%.

O cenário deve ser diferente em junho, quando os postos repassam ao consumidor reajustes promovidos pela Petrobras na gasolina e no diesel — foram cinco aumentos no primeiro e dois no segundo desde o início de maio.

“Houve alguns aumentos no preço da gasolina, que podem, sim, vir a impactar o índice a partir de julho”, disse o gerente da pesquisa do IBGE, Pedro Kislánov. “Pode ser que isso provoque uma mudança na trajetória dos preços dos combustíveis.”

Os serviços tiveram deflação de 0,45% em maio, contra alta de 0,25% no mês anterior. O resultado foi puxado pelas passagens aéreas, mas com impacto também de aluguel, aluguel de veículo, transporte por aplicativo, condomínio e mudança, entre outros.

Já com possíveis impactos da desvalorização cambial, o Artigos de residência apresentou a maior variação positiva, com alta de 0,58%. Nesse grupo, aumentaram de preços os artigos de TV, som e informática (4,57%) e eletrodomésticos e equipamentos (1,98%).

Kislánov disse que ainda não é possível analisar os impactos da reabertura do comércio na inflação de junho.

Economistas ouvidos pelo BC para o Boletim Focus reduziram na semana passada as projeções para a inflação de 2020, de 1,55% para 1,53%.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/06/2020****Seção: Economia****Autor: GABRIEL MARTINS****Título: Maio tem deflação de 0,38%, a maior em 22 anos**

Pelo segundo mês seguido, IPCA reflete a queda de preços provocada pelo enfraquecimento da economia e redução do consumo de produtos como combustíveis e vestuário. Especialistas esperam novo corte nos juros

A economia brasileira registrou em maio o segundo mês seguido de deflação. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pelo IBGE, ficou em -0,38%, na maior queda de preços dos últimos 22 anos. O marco anterior foi em agosto de 1998, quando a deflação chegou a 0,51%. Se considerados apenas os meses de maio, a inflação foi a menor desde 1980, ano do início da pesquisa. No acumulado de 12 meses, o IPCA, que é índice oficial do país, está em 1,88%, bem abaixo da meta para este ano, de 4%.

Com o resultado de maio, especialistas esperam uma redução nos juros (Selic) de 0,75 pontos próxima reunião do Banco Central (BC), que passaria de 3% para 2,25%, e preveem que a inflação deve terminar 2020 na faixa de 1%.

A queda de consumo decorrente da redução da atividade econômica, por causa da pandemia de coronavírus, é a principal causada recuo dos preços. Tanto que o maior impacto na deflação foi dos transportes (-1,9%), influenciados principalmente pela queda de 4,56% no preço dos combustíveis em maio. Também houve efeito negativo do vestuário (-0,58%) e habitação(-0,25%).

— Entre abril e maio, a Petrobras fez alguns cortes nos preços de combustíveis nas refinarias, seguindo a dinâmica internacional. Estas reduções e o fato de as pessoas estarem se deslocando menos por causa do isolamento social explicam a queda no preço do produto —explica Vitor Vidal, economista da XP Investimentos.

Na habitação, a maior contribuição negativa veio da energia elétrica, que recuou 0,58%, após o fim da tarifa extra para períodos de alta demanda.A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou que vai manter a bandeira tarifária verde, sem cobrança adicional, até o fim do ano.

O índice de Serviços também teve queda de 0,45% em maio, o menor resultado desde 2012, início da série histórica para este grupo específico. O destaque do setor foi passagem aérea, com recuo de 27,14% no mês.

— A deflação em serviços está atrelada ao isolamento social. As passagens tiveram este resultado porque praticamente ninguém está viajando —diz Julia Passabom, economista do Itaú Unibanco.

Na outra ponta, o maior crescimento no IPCA do mês veio do grupo artigos de residência (0,58%), puxado pela alta nos preços de TV, som e informática (4,57%), produtos que passaram a ser mais usados nas residências durante o isolamento.

— Este aumento também pode ter relação com o dólar, com o efeito passthrough, quando o câmbio impacta os preços. E artigos eletrônicos, que têm muitos componentes importados — afirma Pedro Kislanov, gerente do IPCA do IBGE.

Já o grupo de alimentos e bebidas desacelerou para 0,24% em maio, após alta de 1,79% no mês anterior.

— Os preços já estavam em patamar elevado, por isso, um percentual menor em maio —avalia Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

Apesar de indicar um alívio para o bolso do consumidor, a deflação não é necessariamente boa notícia.

— A deflação demonstra fraqueza na economia. A queda na cotação do petróleo é sinal de que as produções globais estão reduzidas. Além disso, a contração da renda dos trabalhadores, principalmente dos que precisam vender produtos ou prestar serviços, também explica a deflação e exemplifica a fragilidade atual da economia—diz Sanchez.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/06/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Alerj aprova alíquota de 3% de ICMS para importações no setor de óleo e gás

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou no início da noite de ontem projeto de lei que garante a manutenção da alíquota de ICMS em 3% para as operações de importação de equipamentos, como plataformas de petróleo, pela indústria de petróleo e gás.

O projeto transforma em lei estadual acordos fiscais previstos no Repetro (regime aduaneiro especial para o setor de petróleo e gás), que foi prorrogado até 2040.

A aprovação trouxe alívio às petroleiras e prestadoras de serviço, pois, durante a tramitação do projeto de lei, surgiram emendas que pre-viam aumentar a alíquota do imposto para até 18%.

— Os parlamentares entenderam a importância dessa indústria para o Rio de Janeiro, para as cidades do Norte Fluminense e para o país —destacou Gilson Freitas Coelho, secretário-executivo da Abespetro, associação que reúne as empresas prestadoras de serviço de grande porte para as petroleiras.

Segundo Mário Prada, do escritório Mattos Filho Advogados, a manutenção da alíquota acordada há mais de dois anos oferece segurança jurídica aos investidores.

— A regra era 3% de ICMS para ativos na fase de exploração e produção. O investidor faz um comprometimento milionário e, dois anos e meio depois, toma um susto ao dizerem que a carga vai para 18%. A aprovação do projeto dá tranquilidade ao investidor, porque a lei é um instrumento sólido.

O advogado André Alves de Melo, sócio do Cescon Barriau, concorda que a aprovação do projeto acaba com as incertezas que existiam em relação aos investimentos no estado:

— Além de trazer segurança jurídica aos atuais investidores, mantém a atratividade do Rio para novos investimentos no setor, mantendo firme a atividade petrolífera.

MME / ASCOM .